



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Discurso de Posse do Acadêmico Eduardo Pragmácio Filho na Cadeira 85 da ABDT – Academia Brasileira de Direito do Trabalho, em 05 de março de 2021, por ocasião do 24º Colóquio da ABDT.

Bom dia a todos e todas, é com muita alegria e satisfação que saúdo o

- 1) Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, **Ministro Alexandre Agra Belmonte**;
- 2) Dr. **Erinaldo Dantas**, Presidente da OAB-CE e nosso anfitrião nesta manhã;
- 3) Dr. **Platon Teixeira de Azevedo**, Juiz Auxiliar da ENAMAT, neste ato representando a Diretora Ministra Doria Maria da Costa
- 4) Dr. **Otávio Pinto e Silva**, Presidente da ABRAT – Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas;
- 5) Dr. **Hélio Leitão**, querido amigo, Conselheiro Federal da OAB, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFOAB;
- 5) Prof. **Tales de Sá Cavalcante**, Magnífico Reitor do Centro Universitário Farias Brito – FBUNI;
- 6) Sr. **Maurício Filizola**, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Ceará

Caríssimas Confreiras, Caríssimos Confrades,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O afeto norteia nossas vidas, é o afeto que reina nesta manhã, e por isso vou iniciar esta oração, em que me apresento a este sodalício, com os agradecimentos “**ex core**”.

“EX CORE”.

Foi lá na varanda do 23º andar da Torre Quasar, na praia de Patamares, na mística Salvador, em novembro de 2018, sob uma lua minguante suavizada por uma brisa inquieta, que fui incentivado por **Marcelo Prata**, **Lita Borba** e **Nelson Mannrich** a dar os primeiros passos para chegar até aqui. A esses três queridos confrades, o meu obrigado por semearem um sonho. Agora colhido.

Gratidão, sobremaneira, aos que me indicaram em uma primeira eleição, em 2019: **Lita Borba**, **André Jobim de Azevedo** e **Jorge Boucinhas**.

Disputei, na ocasião, uma vaga com **Thereza Nahas**, **Guilherme Ludwig** e **Paulo Régis Botelho**, e acabei ficando em quarto e último lugar! Apesar do resultado, aparentemente desastroso, eu me senti plenamente vitorioso, pois, ao meu ver, saí daquele pleito maior do que havia entrado.

E como bem lembrou o Professor **Georgenor Franco Filho**, na belíssima saudação que fez pela posse de **Ney Maranhão**, a que estive presente, em São Paulo, “**tudo na terra tem seu tempo, e tudo passa debaixo do céu segundo a vontade de Deus**” (Ecl, 3:1).

Eu esperei, fiz recuos, dei a vez.

Esperei o tempo que fosse.

É verdade: tudo tem seu devido tempo. É preciso ter nervos!

Meu coração é grato aos Professores **Manus** (hoje na vice-reitoria da PUC-SP, onde obtive meus títulos de mestrado e doutorado), **Roberto Fragale** (com quem já dividi experiências internacionais em encontros do *Labour Law Research Network* - LLRN), **Nelson Mannrich** (Meu orientador no Grupo de Estudos Getrab da USP, professor que é fonte de inspiração na vida acadêmica e profissional) e **André Jobim de Azevedo** (que só pelo tom de seu discurso me apresentando demonstra a nossa afinidade, a amizade e a admiração). E com as honrosas indicações desses professores pude me apresentar novamente aos acadêmicos da ABDT. Hoje estou aqui.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Em seguida, Senhor Presidente, o meu obrigado é dirigido aos Professores **José Soares, Marcelo Prata e Rodrigues Pinto** por terem subscrito minha candidatura.

E, aqui, gostaria de deixar um registro especial ao Professor **José Augusto Rodrigues Pinto**, nosso presidente honorário, decano e líder dos acadêmicos nordestinos, que me acolheu, me aconselhou e subscreveu minha indicação. A ele, meu profundo respeito, gratidão e admiração.

Eu gostaria de dirigir a palavra, agora, Senhor Presidente, aos distintos colegas que disputaram este acirradíssimo pleito comigo: **André Molina, Luciane Barzotto, Christiana D'Arc e Júlio Bebber**. Para mim, uma enorme honra participar deste apertado concurso com todos vocês. E espero, sinceramente, ladeá-los, em breve, aqui, mais uma vez, pois são merecedores, e a Academia só tem a se fortalecer com as suas chegadas.

Eu aprendi, caríssimos Confrades e Confreiras, em todas essas recentes disputas, a saber **dizer e ouvir** "sins" e "nãos", aprendi como ainda têm envergadura a palavra empenhada e os compromissos firmados. Obrigado Professor **Pinto e Sérgio Torres**.

Sou grato aos amigos que já possuía e que estão na Academia e que, de um jeito ou de outro, com ou sem voto, me ajudaram a chegar aqui: **Marcelo Prata, Vólia Bomfin, Ricardo Guimarães, Antônio Carlos Aguiar, Paulo Régis Botelho**. E aos amigos que ganhei nesses pleitos: **Gilberto Stürmer, Boucinhas, Luciano Martinez, Sérgio Torres, Thereza Nahas, Lélia, Tupinambá, Bento e Siqueira Neto**.

Na minha trajetória de estudos jurídicos, sempre fui inspirado por professores dedicados, diferenciados e especiais, a quem rendo minhas homenagens neste momento: **Carla Romar** (minha orientadora no mestrado e doutorado da PUC-SP), confrade **Renato Rua** (que me ensinou a dialogar com outros saberes e ter a noção do justo objetivo, no mestrado e doutorado da PUC-SP), **Willis Santiago Guerra Filho** (que me acompanhou na UFC e na PUC-SP), o Poeta **Dimas Macedo** e o saudoso **Arnaldo Vasconcelos** (o cossiano que mais combatia Kelsen no mundo inteiro!).

Aos amigos das lutas oabeanas, **Erinaldo Dantas** (nosso anfitrião) e **Hélio Leitão**; aos meus sócios na advocacia, **João Rafael e Tomás**, meu muito obrigado! À comunidade acadêmica do FBUNI, professores e alunos, de hoje e do passado, todos aqui representados pelo Professor **Tales**, o meu abraço forte. E agora aos alunos da centenária UFC, a que, depois de 20 anos, retorno: o meu orgulho.

A todos os expoentes deste 24º Colóquio, sobretudo às duas Professoras estrangeiras, **Paula Vaz** (Portugal) e **Gabriela Mendizabal Bermúdez** (México), obrigado por aceitarem o convite e brilharem, como legítimas estrelas, nesta manhã.

Eu também dedico, caros Confrades e Confreiras, esse momento ímpar, repleto de afeto e memória, por fim, à minha família. Obrigado **Heloísa**, por me acolher em meus exílios. Obrigado, **Papai**, por herdar sua morenidade, o gosto pelas artes e pelo direito, além do mesmo nome e sobrenome (ainda bem que não herdei a calvice!). Obrigado, **Mamãe**, por me matricular no xadrez, por me ensinar a tabuada e deixar eu andar de ônibus e subir em árvores. **Mário**, tenho saudades! **Ingrid**, você que é a dona da minha letra, é também dona, junto comigo, da nossa maior riqueza, **Eduardinho**. Obrigado, Ingrid, por me apoiar nesta e em outras empreitadas.

Falando em **Eduardinho**, senhor Presidente, reaprendi na convivência e nas brincadeiras com ele, escutando as músicas dos pernambucanos do **Mundo Bitá**, o poder inigualável da imaginação, quando a canção diz: **"senhora Girafa, que pescoço grande, pegue uma estrela para mim, essa mais brilhante!"**

Eduardinho me reaproximou da imaginação e da arte!

Necessitamos pegar estrelas. As mais brilhantes!

Talvez seja isso que precisamos: um reencontro com imaginação, para nos darmos conta de nós mesmos, superando o período em que parecemos estar desesperançosos, alcançando (como a girafa) nosso papel.



Sem falsa modéstia, somos uma constelação, das mais brilhantes.

MEMÓRIA.

Esta segunda parte de minha oração, Senhor Presidente, seguindo a necessária e relevante ritualística acadêmica, é dedicada à memória dos que passaram por esta Cadeira 85.

Viver a academia é **conviver** com os acadêmicos, suas mentes e diferenças. É também **reviver** a história, a vida e a obra dos antigos acadêmicos, reverenciando a conservação do pensamento e do espírito de suas ideias.

Alguns chamam isso de eternidade.

A recordação é, por outro lado, um exercício para o futuro. É a necessária ruptura para a afirmação do novo. Nessa simbiose, novo e velho se entrelaçam, em uma única trama, de trato sucessivo. Por isso reverencio, neste momento, o patrono desta cadeira que hoje, muito orgulhosamente, passo a ocupar, o professor **Omar Gonçalves da Motta**, além dos respeitados juristas **Oswaldo de Souza Valle**, **João Régis Fassbender Teixeira** e **Ney Prado**, que, respectivamente, também ocuparam esta cadeira antes de mim.

Omar Gonçalves da Motta (patrono)

O **Patrono** desta cadeira, o respeitado professor **Omar Gonçalves da Motta**, nasceu na Curitiba de **Villatore**, em 6 de dezembro de 1910, tendo cursado seu bacharelado em direito e seu doutorado na Universidade do Paraná, onde se tornou professor da disciplina de Direito do Trabalho.

Sempre engajado com o estudo social, questões políticas e economia, lecionou Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (na Universidade Federal do Paraná), além das disciplinas de Direito do Trabalho, Finanças e Direito Financeiro na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Foi um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, também tendo integrado o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, sendo, inclusive, agraciado com Medalha de Mérito pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Exerceu vários cargos importantes, como o de Procurador-Geral de Justiça e Secretário do Interior e Justiça do Estado do Paraná. Atuou como Assessor Civil do Governo Brasileiro no Colégio Interamericano de Defesa, localizado em Washington, nos Estados Unidos.

Desempenhou, ainda, funções de assessoria em assuntos econômicos e jurídicos em vários organismos federais e comissões internacionais.

Com uma vasta produção acadêmica, podemos citar suas mais importantes obras como "O Sindicato e a Realidade Brasileira", "Direito Administrativo do Trabalho" e "O Salário Mínimo no Brasil".

Desta última obra citada, nota-se seu pluralismo, com o engajamento tanto na área jurídica, quanto nas áreas da política, sociologia e economia, na qual faz uma análise da legislação trabalhista à luz das Constituições de 1934 e 1937, com análise sociológica e política, para compreender o salário mínimo no Brasil, demonstrando seu lado favorável a uma atuação mais incisiva do Estado na ordem econômica, com intervenções para mitigar os efeitos da livre concorrência.

Faleceu em dezembro de 1972.

Oswaldo de Souza Valle (fundador – 1º titular)

Oswaldo de Souza Valle, que foi fundador e 1º titular desta cadeira, nasceu em 24 de fevereiro de 1909, na Belém de **Georgenor**, tendo sido aprovado em concurso para o Ministério da Fazenda, em 1929, passando a atuar no Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão responsável pelo estudo



dos aspectos da política econômica e financeira do país, analisando, inclusive, o comportamento de empregadores e empregados em suas relações de trabalho.

Foi daí que surgiu sua paixão pelo direito, em especial o do Trabalho, concluindo seu bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Exerceu a advocacia, e, concomitantemente, se dedicou à docência, lecionando diversas cadeiras, como Economia Política, na Faculdade de Direito de Niterói; Direito Social, na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal; e Direito do Trabalho, no Curso de Ciências Jurídicas da Universidade Gama Filho.

Cursou a Escola Superior de Guerra, onde obteve seu diploma após aprovação com louvor.

Fez carreira no Ministério da Fazenda, tendo ocupado os cargos de Chefe do Conselho de Economia e Finanças; Chefe do Serviço de Pensionistas Civil e Militar; Inspetor-chefe da Alfândega de Belém-PA; Diretor do Departamento Federal de Compras.

Integrou, além da presente academia, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado; Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas; Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, entre outros sodalícios.

Recebeu inúmeras condecorações, em reconhecimento de seu mérito profissional, como a Medalha Ruy Barbosa, a Medalha Clóvis Beviláqua e a Medalha Marechal Hermes da Fonseca.

É reconhecido como grande mestre do Direito Internacional do Trabalho, em virtude de sua vasta experiência profissional obtida no Ministério da Fazenda e como grande estudioso do Direito Comparado. Dentre suas várias obras, podemos citar “Simón Bolívar, a espada do Direito”, “Caxias, escudo da Legalidade”, “Da Prescrição”, “Lições de Direito Internacional” e “Ensaio de Economia Política”.

E, como eu, era um poeta, lançando as obras “Poesias” e “Antologia de Grandes Poetas Norte-Brasileiros”.

João Régis Fassbender Teixeira (2º titular)

Outro paranaense, o professor **João Régis Fassbender Teixeira**, nascido em 11 de março de 1936, formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná, onde também concluiu seu Mestrado e Doutorado, sendo titular da cátedra de Direito do Trabalho da UFPR. Foi membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil desde 1967, tendo sido o pioneiro dos presidentes da Associação Dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR).0

Com ele, me identifico nas lutas advocatícias e na militância laboral.

Em virtude de sua vasta produção acadêmica, a OAB-PR criou o prêmio “João Régis Fassbender Teixeira”, em sua homenagem, para agraciar as melhores monografias da área do direito do trabalho.

Com grande domínio no Direito Internacional do Trabalho, atuou como representante brasileiro na Organização Internacional do Trabalho - OIT (em Genebra) por vários anos. Tendo, ainda, integrado a Academia Paranaense de Letras e ganhado grande notoriedade como autor de diversos artigos, publicados em renomados repositórios jurídicos.

Além de jurista, também foi um renomado jornalista, tendo publicado, ao longo de seu trabalho na “Gazeta do Povo”, cerca de 2 mil artigos para a coluna “Direito do Trabalho”.

Dentre suas obras acadêmicas, podemos citar “Introdução ao Direito Sindical”, “Teoria Prática do Direito do Trabalho”, “Alcoolismo – Doença no Mundo do Direito” e “Trabalho Doméstico” como umas de suas mais importantes obras.

Destarte, o livro “Introdução ao Direito Sindical” é tido como uma das grandes obras do direito coletivo nacional, na qual o ilustre acadêmico faz uma análise completa sobre o sindicalismo, colocando



em questão os aspectos políticos, sociais e jurídicos, inclusive sobre a Era Vargas, além de fazer um comparativo com o Direito do Trabalho e sindicalismo italianos. Nada mais atual para os dias de hoje!
Faleceu em outubro de 1998.

Ney Prado (3º titular)

O notável **Ney Prado**, que me antecedeu nesta cadeira, nasceu na cidade de São Paulo, tendo se formado na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas - SUESC do Rio de Janeiro. Foi magistrado do trabalho e Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região. Foi Professor de Ciência Política da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo; Coordenador do curso de especialização em Direito do Trabalho e Professor de Direito Constitucional do Centro de Extensão Universitária, também em São Paulo; Professor emérito da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECME) e ex-integrante do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Além da presente academia, foi integrante da Academia Paulista de Direito, da Academia Paulista de Ciências Jurídicas e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.

Pertenceu a inúmeras instituições como: Membro do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio de São Paulo; Membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de São Paulo; Vice-Presidente da Associação Promotora de Estudos da Economia no Rio de Janeiro, entre outras. Tendo atuado como chefe da Divisão de Estudos Políticos do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, Estados Unidos.

Sempre com sua visão ampla e global, realizando o diálogo entre a legislação, a economia e a política, participou dos mais diversos congressos nacionais e internacionais para debater sobre tais temas, sendo permanentemente consultado e solicitado para palestrar sobre economia, política e direito.

Com mais de uma dezena de obras publicadas, seja como autor, coautor, ou coordenador, podemos citar como parte de sua notável contribuição para o mundo acadêmico: “Os notáveis erros dos notáveis”, “Razões dos Vícios e Virtudes da Constituição de 1988”, “Economia Informal e o Direito no Brasil”, “Reforma Trabalhista – Direito do Trabalho ou Direito ao Trabalho?” e “Direito Sindical Brasileiro”.

Importante mencionar que ele participou da Comissão Afonso Arinos, como Secretário Geral, comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de Constituição, que no final acabou não sendo enviada para o congresso. Nesse sentido, ele foi fundamental nos bastidores, antes da Promulgação da Carta de 1988, conforme discurso proferido pelo Dr. Ives Gandra (Pai), na recepção de Ney Prado à Academia Paulista de História, pois foi

“Graças a sua coragem, o Brasil livrou-se de ter um projeto oficial de Constituição, formatado alguns anos antes da queda do Muro de Berlim, que representaria a introdução de um modelo excessivamente intervencionista para a nação se o anteprojeto da Comissão Arinos fosse aprovado. Quando percebeu os caminhos trilhados pela Comissão Afonso Arinos, Ney denunciou-os com um vigoroso e histórico artigo pelas páginas da Manchete, o que permitiu, pela primeira vez, que a população brasileira conhecesse o que se engendrava nas salas fechadas da Comissão e levou o bom senso do Presidente Sarney a não encampá-lo e apenas remetê-lo para estudos ao Congresso Nacional.”

Em sua obra “Os notáveis erros dos notáveis”, ele aponta os vícios que identificou no anteprojeto, explicando os diversos desvios de natureza constitucional, filosófica e social que a Comissão Afonso Arinos estava prestes a perpetrar.



Ney Prado sempre defendeu que o Estado deveria permitir mais autonomia nas relações sociais, afirmando que nossa legislação é anacrônica, rígida, extensa e desatualizada, na contramão da história. Sempre sustentou a extrema necessidade de buscar o equilíbrio da relação entre o social e o econômico. Como disse uma vez, **“a diversidade brasileira não cabe em legislação inflexível”**.

Em resumo, um grande jurista, muito humano, e que sempre se preocupou com o lado social, com importantíssima atuação política, econômica e jurídica, na busca da defesa das pessoas e da democracia brasileira.

Do ponto de vista pessoal, não tive o privilégio de conviver ou de ter sido apresentado ao Dr. Ney. Apesar disso, colhi algumas preciosas informações, com alguns confrades que conviveram mais de perto com ele. É unanimidade a percepção de que o **bom e fino humor** era talvez a característica pessoal mais marcante. Para toda ocasião havia um causo, sempre narrado com amabilidade.

Consta que era um grande anfitrião, sabia receber em sua casa deixando todos à vontade e com muita alegria, sobretudo após os encerramentos de eventos acadêmicos, promovendo a verdadeira interação social.

Consta também que era um conciliador nato, certa vez conseguiu apaziguar uma desavença entre dois grandes advogados e professores que haviam sido sócios.

Eu me identifico muito com essas características. O humor do cearense é praticamente um patrimônio cultural imaterial. O hábito de receber bem e compartilhar a boa mesa é algo intrínseco em nossa família. Por fim, o tom conciliador, mediador, de equilíbrio nos une.

Outra coisa que nos liga é o fato de Dr. Ney Prado, após uma carreira brilhante na magistratura, ter sido consultor jurídico da Fecomércio. Ele lá em São Paulo; eu, aqui em Fortaleza. A luta classista dos empresários do comércio é algo que nos agrega, portanto.

A par de tudo isso, sua vasta formação humanística e transversal, da história à economia, passando por sua experiência internacional, sobretudo nos Estados Unidos, tudo isso tornava o Dr. Ney Prado um jurista com sensibilidade ímpar, senso histórico aguçado e visão de mundo liberal.

De todos esses saudosos acadêmicos, identifico-me e me inspiro nas lutas de classe da advocacia, o gosto e a queda pela poesia e produção literária, a docência com seriedade e vocação, enfim, a dedicação e sacerdotício a uma vida de estudos, exposição e doação. Deixo, portanto, minha reverência, meu respeito e minha profunda admiração a eles.

É preciso lembrar: a Academia é um mosaico de memórias. O sentido da academia é celebrar a memória de todos que já compuseram este sodalício. O valor da Academia não está somente no passado. O valor da academia também está em seu futuro, na renovação constante de seus quadros.

Eu, o senhor, Presidente, os caríssimos confrades e confrades, os acadêmicos, todos nós fazemos parte de algo contínuo. E eterno.

Essa eternidade tem que ter uma poética. Caso contrário não significa nada.

E aqui apresento um possível esboço dessa poética.

POÉTICA ACADÊMICA.

Caríssimos Confrades, entrar para a Academia Brasileira de Direito do Trabalho, do ponto de vista pessoal, sempre foi um sonho. Sou o primeiro advogado cearense a atingir tal intento. Hoje, talvez, seja o único advogado de carreira, nordestino, morando e atuando aqui, neste sodalício.

Trata-se, portanto, de honra e responsabilidade.

Eu vejo a Academia nem como velha nem como nova. Eu sei que ela se sustenta sobre os alicerces de tradição e inovação. O leque de opiniões, funções, posições, pretensões, localidades, idades, tudo isso sustenta esse tecido único da Academia em prol da ciência, da cultura e do Direito do Trabalho. Aliás, esses são os nossos objetivos estatutários: estudar, aperfeiçoar e difundir o direito do trabalho;



promover a formação profissional e científica, *nas diversas regiões do país*; promover o intercâmbio cultural.

É o que exatamente estamos fazendo agora, neste 24º Colóquio da ABDT.

Os acadêmicos somos um instrumento de perpetuação do próprio academicismo, nosso movimento faz mover a academia. Tradição e memória dão lastro às novas ideias, que devem ser anunciadas, estudadas, rebatidas, criticadas, elogiadas e propagadas.

A Academia, ao meu ver, Senhor Presidente, não é salão para desfile de eloquência, espelhos, palmas, saltos, máscaras e um medalhão no peito. Ao contrário, penso que a Academia é um Maracanã, um Castelão, antes da reforma FIFA, em que havia espaço na geral para os “geraldinos”, ainda que de pé, pagando preços módicos na bilheteria, pudessem ver o grande espetáculo que é a disputa de uma partida de futebol. Com isso, quero dizer que não sejamos ingênuos: há vários futebóis na arena acadêmica. O nosso propósito é estar sempre em movimento, sempre inovando, sem perder a tradição, sem se encastelar, mas dando acesso a tantos “geraldinos” para que consigam democraticamente assistir a partida.

Nosso mote é o bom jogo, o espetáculo!

Neste perpétuo equilíbrio, vejam como é importante manter a ritualística cerimonial, a tradição que engradece, como nesta manhã. Vejam, por outro lado, como é importante o debate franco, aberto, democrático e inovador, como os de logo mais.

Conhecer é poder.

Os Acadêmicos temos a missão de espalhar conhecimento, promover a cidadania e democracia, aperfeiçoando o direito do trabalho.

Aqui gostaria de trazer duas breves reflexões, nesta quadra pandêmica que ainda perdura.

A primeira, é que urge um amplo diálogo social tripartite, em nível de concertação nacional, para que empregados, empregadores e governo, com boa-fé, transparência e senso de responsabilidade social, possam negociar as soluções mais adequadas aos problemas que vivenciamos hoje e os que virão no pós-pandemia. A hora é do diálogo e da ação. Não existe resposta pronta e pré-acabada, precisamos os atores sociais agir. E a Academia pode também dar a sua contribuição, fornecendo seu maior ativo: ideias.

A segunda reflexão que trago é quanto ao impacto da tecnologia nas relações de trabalho e, sobretudo, no nosso fazer diário, enquanto profissionais do direito: juízes, advogados, professores, procuradores do trabalho, fiscais do trabalho etc. A tecnologia não é a vilã. Temos que torná-la uma aliada, dominá-la, complementá-la. Precisamos nos adaptar a esses novos tempos. Nosso senso de oportunidade e flexibilidade deve prevalecer. É a nossa vantagem evolutiva, como bem disse ontem o Prof. Miguel Nicolelis em evento virtual no nosso Grupo de Estudo da USP, o Getrab.

Para ele, a automação digital no trabalho provoca profundas transformações, notadamente na mudança do controle dos meios de produção: quem vai controlar o conhecimento, os dados e os canais de informação? O maior desafio será a democratização e acesso à informação, criar um novo contrato social, equilibrando as novas relações de poder. Seria a quarta dimensão dos direitos fundamentais a que se referia o saudoso Professor Paulo Bonavides: o direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

O novo trabalho talvez não se enquadre no velho direito. O “novo normal” talvez conflite com nosso velho comportamento. E para superar esse falso dilema, talvez só a criatividade e imaginação, criar novas ideias, é o que mais sabemos fazer, enquanto pensadores, acadêmicos.

Peço vênia, senhor Presidente, para não discorrer tanto sobre o direito do trabalho. Creio que este não seja o momento.

Hoje é dia de festa, meu coração de poeta fala mais alto.



ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

Eu gostaria, como diz Manoel de Barros,

“Eu queria avançar para o começo.

Chegar ao criancamento das palavras.

Lá onde elas ainda urinam na perna.

Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.”

Eu creio que a gente precisa avançar para o começo. Lá quando o direito do trabalho foi conquistado, com suor, sangue e lágrima. Chegar ao criancamento laboral.

Eu creio que a Academia precisa de um pescoço grande, para pegar aquelas estrelas, lá no céu, as mais brilhantes.

Hoje, meus caríssimos confrades e confrades, estou sendo modelado pela benquerença e boas-vindas de todos vocês: debuto nesta entidade de excelência, sentindo-me uma autêntica majestade, pois o nosso reino é o reino dos afetos.

Muito obrigado, um forte abraço, e um bom dia!